



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



vem da Índia. Mas a recíproca também é verdadeira. Existe, na Índia, uma região, Bangalore, eu creio, que é o Silicon Valley da Índia.

Não é uma perspectiva apenas de hoje, essa que nós estamos aí, em que parece que basta alguém apertar o botão e tudo acontece, até porque não é assim nem hoje. Para imaginar que vamos ter um mundo um pouco diferente, tanto do mundo bipolar como do mundo hoje, que parece que é um só mundo. Não é assim. A História prega peças àqueles que imaginam que ela não se move. Ela se move. Não sei de que maneira vai se mover. É inimaginável. O que não é desculpa para que não estejamos preparados, com uma capacidade adaptativa muito grande, para enfrentar condições que são mutáveis.

Um país como o Brasil, que tem uma vocação, como disse aqui, de paz, uma vocação de presença regional, não pode se imaginar como, no futuro, fora de uma presença mais ampla do que essa. Às vezes, a mim me dói ao ver, por exemplo, referido em várias situações: "Ah, o Brasil fez isso porque não sei quem mandou". É desconhecer o que acontece, hoje, no mundo, e que a nossa presença, hoje, é muito mais ativa, muito mais forte do que se possa imaginar.

Só para lhes dar um exemplo: nesse momento, está sendo discutido em Haia, na Holanda, uma questão muito importante, que é a questão relativa ao clima, a mudanças climáticas. O efeito chamado "efeito estufa", etc. E existe, aí, um contencioso muito grande sobre quem são os responsáveis pela emissão dos gases que provocam esse efeito estufa que, aparentemente, por tudo que pude ver, terá consequências grandes, não de imediato, mas no decorrer do século terá consequências muito grande sobre a nossa capacidade de vida no planeta, o modo como vivemos no planeta.

Pois bem, a discussão que se trava em Haia é a partir de uma proposta que foi feita pelos brasileiros em Quioto. O Doutor Gilvan, que propôs o chamado "mecanismo de desenvolvimento limpo", e uma forma de compensação das emissões de gases. Naquela ocasião, a discussão foi basicamente entre os Estados Unidos liderando os países desenvolvidos; os países em desenvolvimento e um grupo de paí-

ses, que eram o Brasil, a Índia e a China, e constituíam uma posição intermediária. E foi o Brasil que deu a saída, naquele momento.

Agora, de novo, ontem, o Presidente Clinton me telefonou, para discutir o assunto. Telefonei para o Presidente Chirac, porque ele fez um discurso muito bom lá. E o Ministro Ronaldo Sardenberg, que está chefiando a delegação, me telefonou e disse: "Olha, fale com fulano, fale com beltrano, porque nós temos que negociar aqui".

É assim que é o mundo de hoje, no qual há presença, não é porque seja o Presidente Fernando Henrique que fala inglês ou francês, não, porque isso não precisa, por intérprete, qualquer outro fala. É o Brasil, que está sendo tomado em conta. Por quê? Porque tem presença, porque tem capacidade formuladora, porque tem interesse, porque expressa seu interesse.

Então, essa visão é que nós devemos ter, ao invés de termos uma visão de inferioridade colonial, de imaginar que "vamos fazer tudo que seu lobo vai mandar". Não é assim. Não vamos também exagerar. Nós não temos um poderio imenso, nem militar, nem econômico, nem cultural, nem político. Não, não temos. Mas, também, não estamos vivendo um mundo no qual um país com as potencialidades e com as já realizações do Brasil não seja um parceiro, nesse palco político, que é reflexo do resto do que acontece no mundo e, portanto, crescentemente será chamado – e é chamado – a ter participações.

Isso entra na perspectiva de defesa nacional, necessariamente. Em mais de uma oportunidade, em conversa com o Presidente Clinton, ele me incentivou a que o Brasil participasse mais ativamente de certos conflitos mundiais. Por exemplo, Israel e Líbano, sem falar dos nossos, aqui, latino-americanos.

É claro que, como não queremos dar o passo maior que a perna, não vamos, também, entrar em temas ou em questões muito distantes do nosso interesse e mesmo da nossa possibilidade efetiva de realização. Mas isso vai acontecer, crescentemente.

Quando digo que está acontecendo no plano político, isso tem reflexo na sociedade toda, ou é reflexo da sociedade, do desenvol-

vimento da sociedade. E tem reflexo na defesa nacional, e tem reflexo no que diz respeito à questão da preparação das nossas Forças Armadas.

Temos que olhar para o mundo todo, e não apenas regionalmente, embora tenhamos um compromisso regional forte e sem exagero, mas também sem acanhamentos, temos que nos preparar para um papel efetivo, nesse mundo que está se construindo. E dentro sempre da paz, da democracia, do respeito à soberania. Não se trata, absolutamente, de uma visão antiquada dessa matéria.

Feita essa ressalva, e dizendo que isso me parece que implica uma mudança de mentalidade, isso não nos desobriga, obviamente, das questões locais. Neste caso nós temos, também, questões que são afetas à segurança pública. No caso do Brasil, o que mais preocupa, como toda a gente sabe, é a questão das ações que possam ter alguma influência nos grandes centros urbanos. Aqui, como diretamente não é a União, nem são as Forças Armadas os que têm responsabilidade por esse tipo de ação, a nossa visão é uma visão realista.

Estamos incrementando a atuação federal em alguns setores, com emprego, saúde e educação, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil, aquelas que têm mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o chamado IDH. Existe um projeto chamado Alvorada que visa justamente criar melhores condições de vida para as populações das áreas mais deprimidas e, com isso, por algum tempo, pelo menos, se diminui o fluxo migratório, se eleva a condição de vida e, indiretamente, se contribui para a questão da segurança em geral.

O esforço que tem sido feito – eu não vou falar sobre isso hoje, tenho falado em outras oportunidades – sobretudo na área de educação e da saúde, é, realmente, muito forte. Agora nós estamos até vendo uma coisa interessante, no que diz respeito à educação. Discutimos muito o acesso à educação, a abrangência da educação básica no Brasil. Agora, temos que criar – eu digo e repito sempre – 10 milhões de vagas no ensino secundário, nos próximos três anos, como consequência do aumento da pressão do ensino primário. O fato de que se começa a discutir já a questão do ensino pré-primário, essas questões todas,

de um ângulo numérico, agora se começa a discutir, já a qualidade do ensino. Isso significa que já se avançou no numérico. Então, a crítica vem para o outro lado. E é justo que assim seja. Avançou, já tem mais gente na escola, mas, e o que que eles estão aprendendo?

Temos um avanço. Já se está discutindo a qualidade do ensino. Houve um avanço inequívoco aí, como houve um avanço inequívoco na saúde. Também, a abrangência do serviço de saúde aumentou muito, no Brasil. Nessa questão relativa ao que mencionei, da Aids, temos dado cooperação no mundo, porque o Brasil é um dos pouquíssimos países que tem um programa de tratamento total, gratuito da Aids. Isto custa 500 milhões de dólares por ano. Quinhentos milhões de dólares, para nós, é muito dinheiro. Mas isso é segurança nacional. Nós estamos contendo a expansão da Aids no Brasil, que é a propaganda de questão de prevenção e tratamento.

Também, em outras áreas, sobretudo nas áreas mais pobres, a questão a que refiro sempre, dos agentes comunitários de saúde, dos médicos de família, não se faz sentir nos grandes centros brasileiros, que são os formadores de opinião. A opinião pública não registra isso. Mas, na área mais pobre, nos bolsões de miséria do Nordeste, na Amazônia, aí sim, nós tínhamos 20 mil agente de saúde. Temos 130 mil hoje. Temos 22 mil, creio – não sei exatamente – médicos de família no Brasil. E a idéia é de aumentar muito a cobertura, nesses próximos dois anos do meu mandato, tanto no programa de educação quanto de saúde.

As linhas estão traçadas. O que se trata, agora, é de, pela acumulação dos resultados, continuar. E nós aumentamos muito, expandimos muito o gasto na área social, para os próximos dois anos: o Orçamento de 2001 e espero que, em 2002, também seja possível, trabalhamos para que possamos dar um apoio grande a essas questões, que são fundamentais, num sentido mais amplo, para a segurança nacional.

Por outro lado, temos também, como sabem, um plano nacional de combate à criminalidade. É extremamente difícil o Governo Federal entrar nesta área direta, que afeta aos estados. Só, em termos de

números, a Polícia Federal dispõe de 7 mil agentes, 7 mil policiais. Seguramente, no Estado de São Paulo, a Polícia Militar tem 80 mil. Então, vejam a desproporção que existe nisso.

Não é cabível imaginar que o Governo Federal possa fazer frente a isso porque ele não tem nem a destinação constitucional, nem equipamento humano e material, para fazer frente à questão da segurança pública e da violência. Mas tem, sim, a capacidade – ou deveria ter – em algumas áreas estratégicas. Uma é a questão das drogas porque, hoje, a violência é resultado quase imediato da disseminação da droga. Quem imagina que a violência é consequência da pobreza ou do desemprego insulta os pobres e os desempregados, porque os dados são claros, de que não se trata disso. Trata-se, efetivamente, da conexão entre droga e violência. Aí, sim, temos, como sabem, um programa especial de combate à droga. Como os recursos são escassos, temos também feito um esforço muito limitado, mas com consequências, para mostrar que é necessária a integração entre a ação municipal, estadual e federal. Sobretudo na chamada região do Entorno de Brasília, o Governo Federal tem atuado. Esse programa nacional de segurança pública não tem muitos recursos, mas tem, às vezes, o suficiente para mudar a qualidade da ação policial em áreas específicas.

Esse programa serve para mostrar um exemplo do absurdo a que nós chegamos, em certas circunstâncias. O Distrito Federal está encravado em Goiás. Se o bandido é perseguido pela Polícia do Distrito Federal e entra em Goiás, a Polícia do Distrito Federal não entrava em Goiás, porque tem rixas, não tem acordos, não tem convênio assinado, porque tem comprometimentos, uma série de questões. Nós estamos acabando com esse tipo de desintegração do aparelho estatal. Noutros termos, parece ser que aqui a questão fundamental é a questão relativa à integração entre os vários níveis de governo.

Já que entrei nessa questão, de integração dos vários níveis de governo, eu diria que isso se torna cada vez mais essencial, para todos os aspectos, no que diz respeito à administração do Brasil e, especificamente às questões de segurança, em todos os aspectos.

Agora mesmo, naquela experiência que se realizou em Mandacaru, na região lá, em Pernambuco, a questão central era de integração também. Como é que se põem em conjunto o Governador, as autoridades federais, as autoridades locais, as polícias diferentes, a civil, a militar? E nós temos, aqui, situações que são, às vezes, caóticas. Isso tem que ser combatido. Acabei de dizer aqui e todo mundo sabe que os problemas de defesa transcendem a órbita militar ou diplomática e vão para outras áreas. É claro que a dificuldade de coordenação também é grande, e é maior.

Hoje, temos que olhar, no que se chama de “novos tempos”, de outra maneira as questões. Vejam, por exemplo, no que diz respeito ao chamado “Plano Colômbia”. Quem, aqui, já não pensou sobre Plano Colômbia, quem já não opinou, às vezes até sem saber do que se trata o Plano Colômbia? Isso requer o nosso posicionamento, diante dessa matéria, requer que exista uma visão política, social, econômica, militar, de segurança interna, de narcotráfico, de contrabando, de controle de espaço aéreo, de capacidade ou não de derrubar aviões. É uma complexidade imensa de temas, em uma questão aparentemente limitada, focalizada. Mas é assim em tudo. Daí porque tenhamos que, cada vez mais, coordenar os nossos esforços.

É esse o sentido da criação do Ministério da Defesa. É basicamente a partir dessa visão, que se torna necessário o Ministério da Defesa. Não é a coordenação entre as Forças só – também é ela – é muito mais do que isso. É que a defesa entendida, como a entendemos, modernamente, *amplu sensu*, ela implica a integração com a sociedade. Ela implica, como disse aqui, e são truismos, a integração com as universidades, com a diplomacia. Implica uma integração com o setor produtivo. Ela implica, em uma visão bem mais ampla, o fato de, eventualmente, estar, hoje, um civil como Ministro da Defesa. Não é isso que caracteriza o Ministério da Defesa. Eu, pessoalmente, não teria nenhum problema em colocar um militar como Ministro da Defesa. Porque não o fiz, num primeiro momento? Porque seria compreendido de outra maneira. Seria entendido como se fosse uma manobra ou para fortalecer uma das Forças, ou para fingir que está

fazendo um Ministério que não está, ou porque “não teve a coragem de nomear um civil”. Não tenho esses problemas, de estar demonstrando ter coragem para isso ou para aquilo. Sei que tenho. Não tenho esse problema. Mas não é essa a questão. No futuro, não sei. O fato de ter farda ou não ter farda no comando do Ministério da Defesa, é secundário. O importante é existir o Ministério da Defesa, com essa visão, que é integradora. É bom, também, que os civis se preocupem mais com a defesa. Portanto, a presença de um civil como o Doutor Quintão, que tem uma visão ampla do processo, é boa para esse objetivo do Ministério da Defesa, que é basicamente um sentido de integração.

Estamos vendo, crescentemente – mencionei o fato que é conhecido, de os aviões argentinos fazerem exercício no porta-aviões Minas Gerais – estamos vendo, por outro lado, que esse sentido de integração não é só nacional. Estamos crescentemente, pelo menos na área do Mercosul e com o Tratado de Cooperação Amazônica, assistindo processos que são de integração crescente. Temos a Operação Cruzeiro do Sul, neste momento, no Mercosul, com forças argentinas, brasileiras, paraguaias, uruguaias. Quer dizer, isso requer uma integração política e diplomática, também simultaneamente. Vimos, até com muita satisfação, que Manaus sediou a reunião, dos Ministros de Defesa recentemente. Nós vimos como essas questões estão se encaminhando no mundo atual.

Bom, mas retornando um pouco aqui à questão da coordenação interna, eu queria fazer um comentário sobre o problema da circulação da informação. Hoje, todo mundo diz – e é verdade – que informação é poder. Hoje temos de ver que, sem que nós tenhamos a capacidade de entender o que é a informação de hoje, e entender o peso da Internet no mundo de hoje, dificilmente vamos ser capazes de fazer frente a essa questão de que informação é poder. Tínhamos, evidentemente, a nossa visão de informação, sempre houve. Informação sempre foi central em qualquer operação, até bélica, evidentemente, no serviço de inteligência. Mas havia muito a idéia de que a informação é secre-

ta, reservada. Bom, claro, há muitas informações que são mesmo. Mas hoje o problema é que a informação é cada vez mais pública, e cada vez mais é difícil, e não é útil até que exista essa, enfim, essa visão apenas do sigilo. Hoje é muito mais a necessidade de se ter difusão da informação como elemento de defesa.

Não estou negando a especificidade da informação secreta nas coisas oportunas, mas estou dizendo que é preciso entender que hoje, para que nós possamos ser um país capaz de se defender, tem que ser um país informado. E, para ele ser um país informado, precisa ter um sistema de educação e uma tecnologia que permitam que a população tenha acesso. É o que nós estamos tentando fazer.

Estamos tendo um problema de extensão, do uso do computador nos colégios. Nós já temos cerca de 20 mil ou 30 mil computadores – eu não sei exatamente – difundidos pelas escolas públicas brasileiras. Formamos professores para isso e com uma taxa que fizemos na privatização da telefonia, nós temos, hoje, recursos da ordem de 1 bilhão de reais por ano para generalizar o acesso à Internet, ao computador ligado à Internet nas escolas brasileiras. Nos próximos dois anos, nós teremos 70, 80 mil escolas adicionais. Devo dizer que nós temos 250 mil escolas públicas no Brasil. É muita escola.

Mas nós temos uma programação e não se trata só de colocar o aparelho de computação lá, mas se trata de treinar gente. Gente capaz de usar. E isso é fundamental porque vai colocar todo mundo em ligação. Ou seja, temos que entender que vivemos no mundo da sociedade da informação. Temos no Ministério de Ciência e Tecnologia, toda uma programação chamada assim mesmo: "Sociedade da Informação". E nessa programação só o Governo Federal já dispõe, para servir à população de cerca de 360 serviços públicos prestados pela Internet. Pode parecer que está muito distante do nosso tema, mas não está.

A sociedade para ser, hoje, segura e para poder desempenhar seus papéis, para o Estado Nacional desempenhar seus papéis locais, regionais e planetários, vai depender fundamentalmente da nossa capacidade de dominarmos esta matéria.

É claro que tudo isso nos leva à questão fundamental de que nós precisamos, portanto, contar com Forças Armadas, que também elas sejam capazes de um papel ativo nessa sociedade moderna. Por isso, esses cursos precisam dessa visão global das questões, uma capacitação que vai além da especialização técnica militar, para que as Forças Armadas tenham o acesso e sejam capazes, como são, de desenvolver tecnologias próprias.

Se nós não formos capazes de desenvolver nossos “softwares”, dificilmente poderemos pensar em soberania, em capacidade de decisão por nossa própria conta, porque vamos estar sempre subordinados a decisões que não são criadas por nós. Vamos ter que nos apropriar, crescentemente, dessas novas tecnologias. E isso far-se-á nas Forças Armadas e nas universidades e nas empresas. O mundo de hoje é um mundo que funciona em rede. A noção de rede é vital para tudo no mundo de hoje. Precisamos ter, cada vez mais, as Forças Armadas capacitadas dessa maneira.

O esforço feito tem sido muito grande. Mencionei aqui o que vi na selva, no nosso treinamento para guerra de selva. Mencionei o Sivam. Conheço o esforço da nossa Marinha em setores tecnológicos específicos, de adaptação de guerra eletrônica. Sabemos que aqui nós nos capacitamos em várias dessas matérias. Conheço o esforço da Marinha no que diz respeito ao submarino de propulsão nuclear. Esforço importante, porque precisamos estar sempre dominando essas tecnologias. Sei da preocupação das forças do Exército, em ter núcleos de excelência para estar adaptado, pelo menos para ter na vanguarda setores que sejam capazes de rápida conversão, se for o caso e quando for o caso.

Sei que temos sido parcios na distribuição de recursos para que essas necessidades sejam atendidas. Não preciso me estender no ponto, porque nas outras ocasiões em que aqui estive, externei, mostrei as razões para isso, as razões que são conhecidas, as dificuldades que enfrentamos nesses últimos tempos para repor o Brasil em condições de crescimento. Devo lhes dizer que terminamos esse ano com, podemos dizer, que cumprimos o que tínhamos que fazer.

O último dado de crescimento da nossa economia apontou que em três trimestres nós crescemos 3,89%. Eu disse ontem 3,865 e o Ministro Malan me corrigiu, disse que é 3,89%, ou seja, é fácil de imaginar que nesse último trimestre cresçamos um pouco mais para ultrapassar os 4% de crescimento da economia, que era o que nós dizíamos lá atrás, diante de todo o ceticismo dos que não acreditavam que o Brasil, por causa da situação internacional, por causa da desvalorização, por causa disso, por causa daquilo fosse capaz. Crescemos.

A nossa indústria está crescendo esse ano a uma taxa de 6,5%. A nossa agricultura bateu o récorde de grãos – récorde histórico. Não sei exatamente – acho que oitenta e poucos milhões de toneladas de grãos. A safra para o ano que vem se prevê maior do que a safra do ano em curso. Devo lhes dizer que, no começo da década, produzimos cinquenta e poucos milhões de toneladas. Eu gostaria de chegar ao fim do meu mandato produzindo, senão 100 milhões, pelo menos próximo disso. Ou seja, numa década teremos dobrado a produção de grãos. O que conta, porque barateia a vida, dá comida e permite excedente de exportação.

Não conseguimos alcançar as metas de exportação porque houve o aumento do preço do petróleo e a baixa do preço das outras *commodities*, mas a nossa pauta de exportações se inverteu. Hoje, a maior parte da nossa exportação é de produtos industrializados, não mais de produtos primários, que é uma coisa também importante, porque vai nos assegurar, no futuro, uma vantagem comparativa maior, apesar da crise na América Latina, nosso grande consumidor de produtos industrializados Estados Unidos e América Latina. E o que é mais importante, conseguimos começar a baixar a taxa de desemprego.

Ainda hoje, tomando o avião para vir para cá, não tive oportunidade de ler, mas eu conheci o dado num dos jornais de São Paulo, que diz que a taxa de desemprego é a mais baixa desde não sei quando, da década de 80. E o dado que está lá é um dado que não é o que reflete a realidade, ou melhor, não é comparável com outros países, porque a metodologia aplicada nessa pesquisa não é universal e dá uma taxa mais alta. Não obstante, mesmo nessa taxa mais alta o que vale é a

tendência. E a tendência foi de queda. E é possível que nos aproximemos do fim do ano com uma taxa mais próxima de 6 do que de 7% de desemprego. Não é o ideal. Queremos baixar mais.

Mas, para quem viu, vivemos o ano de 98, o horizonte se toldando e o desemprego sendo o refrão correto do dia-a-dia, sobretudo dos que são contra. E hoje vêem que foi possível, dentro da democracia e com a liberdade plena no Brasil, nós retomarmos o crescimento, nós termos tido capacidade até mesmo na parte mais sensível, que é a do desemprego. Dá para acreditar que o que eu mencionei antes sobre o nosso papel no mundo possa ser, realmente, um papel de verdade, porque nós repusemos a sociedade em funcionamento.

Custou isso. Custou o sacrifício de muita coisa. Custou o sacrifício dos nossos orçamentos; os Ministros que aqui estão, os Comandantes que aqui estão sabem que, nesses últimos meses, nossas conversas não têm sido fáceis. Não entre nós, mas diante da realidade. O custo não é fácil. Portanto, custou também na questão de reaparelhamento. O orçamento do ano que vem dá uma certa melhora. Na parte operacional, aumentamos em 26% os recursos para o ano que vem, supondo sempre que se realize o orçamento, que se compra o orçamento, supondo, portanto, que não haja no Congresso alguma decisão que nos obrigue a cortar, em termos de reequipamento, sobretudo na questão da Força Aérea, com quem tenho um compromisso e estamos começando a cumpri-lo.

Com todas as dificuldades, conseguimos dotar a nossa Marinha desse novo porta-aviões. Quero um dia viajar nele, pelo menos do Rio a São Paulo. Porque já fiz isso no Minas Gerais, não posso discriminar o São Paulo. Mas, enfim, sei que é pouco, mas começamos a mexer. Também sabem os Senhores que, dentro de todas essas restrições, ordenei que se reorganizasse a estrutura das carreiras militares e que se atualizassem os vencimentos.

O Ministro Quintão cuidou da matéria. Houve uma comissão lá elaborada e anunciei, outro dia, também em Brasília, que, estamos reestruturando toda a administração em certas categorias. E o que nós chamamos de carreira básicas de Estado foram reestruturadas. E

a determinação é que a carreira militar fosse considerada no grau mais alto das carreiras básicas de Estado, que houvesse uma equiparação disso e uma reestruturação da carreira. Está sendo feito e eu, este ano, devo tomar, mandar para o Congresso, eu preferia até por medida provisória minha, a decisão para que essa questão fosse, enfim, saísse da minha preocupação direta, embora continuasse na preocupação dos demais, porque a implementação é sempre um problema complicado. Nós estamos limitados, e bem limitados, o que é positivo, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos fazer gasto sem que haja a fonte.

Estamos vendo a discussão do salário mínimo em que isso ficou claro, pela primeira vez, que quando não se aumenta o salário mínimo não é porque não se quer. Essa semana, recebi em separado a Força Sindical e a CUT. Separado por eles não por mim. E às duas centrais sindicais eu disse: qual o Presidente da República que não assinaria já um aumento para mil reais? Vai para a glória. Agora, é um irresponsável, porque não tem o dinheiro. E o dinheiro sai do povo. Quer dizer, o que nós temos que discutir são as prioridades, quem paga e de quem se tira. E isso é no orçamento. Pela primeira vez, o salário mínimo está sendo debatido no Orçamento. Pela primeira vez, desde que eu me lembre, a discussão se faz é no Orçamento. Não como se fosse uma benesse ou uma maldade do Presidente ou dos Governantes, mas como se fosse uma discussão séria da sociedade sobre os recursos disponíveis.

Então, naturalmente, o que nós estamos discutindo agora é exatamente dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, as fontes para que se possa realizar aquilo que eu determinei. Mas vai ser realizado e não vai passar desse ano. Eu suponho que tenha que ser até 15 de dezembro, não é isso Ministro?

Dito isso, eu queria agradecer a presença de todos aqui, e manifestar os meus votos, os melhores, agora, depois que os Senhores passaram um período em atividades, se posso assim chamar, escolares. Ai, que inveja de eu poder também fazer isso! Espero que daqui a dois anos eu possa fazer, passar um período também de reflexão.

Acho que é uma coisa muito produtiva. E o que se faz aqui é o exemplo do que eu chamei aqui de sociedade da informação. No mundo novo, esse mundo novo vai exigir essa permanente ida e vinda entre a ação e a reflexão, ida e vinda. Vai se estudar a vida toda e não apenas numa certa fase da vida. E isso, pelo menos para mim que estou na terceira idade, já começando a ser avançada, espero que seja também motivo, enfim, de satisfação e de extensão da capacidade intelectual.

E aqui, como tem gente muito mais moça, imagino que vão poder, mais adiante, continuar nesse ir e vir, entre a atividade prática e a atividade de reflexão. Mas quero agradecer muito o fato de terem se empenhado, certamente o fizeram, em compreender os problemas nacionais; e desejar toda sorte de êxito e felicidade pessoal.

E quero muito especialmente agradecer a cooperação permanente das Forças Armadas ao País e ao Governo. Agradecer muito especialmente aos Senhores Comandantes que aqui estão, que sabem da estima e do respeito que tenho por eles. E também devo dizer que, em nenhum momento, deixei de ter a compreensão das Forças Armadas Brasileira e sei das dificuldades pelas quais têm passado. Mas creio que nós todos estamos unidos pelo mesmo sentimento, que é do amor à Pátria.

Muito obrigado.